



Carta do II Encontro Nacional de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões de Educação das Assembleias Legislativas

O II Encontro Nacional de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões de Educação das Assembleias Legislativas, realizado na cidade de Cuiabá, no estado de Mato Grosso, caminha para consolidar a iniciativa, começada em junho/2019, na cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina, de debate e de articulação regular entre parlamentares federais e estaduais comprometidos institucionalmente com a temática educacional.

Em Cuiabá, foram retomados temas fundamentais para a educação nacional tais como o FUNDEB e os Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação, atualizados na conjuntura e por medidas governamentais anunciadas e tomadas depois do I Encontro.

Neste sentido, foram inseridos temas estruturantes como a Reforma Tributária e sua relação com o financiamento da educação nacional e a Reforma da Previdência e seus impactos sobre a oferta da educação básica.

Nós, Deputados e Deputadas Estaduais, participantes do II Encontro Nacional de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões de Educação das Assembleias Legislativas, reafirmamos o nosso compromisso com este espaço de mobilização permanente em defesa da educação, aprofundando os mecanismos de diálogo e de interação com a sociedade e com as representações políticas e sociais das três esferas federativas.

Para tanto, destacamos os seguintes aspectos do debate deste II Encontro:

1. Saudamos e nos empenhamos na aprovação, a nova Minuta de Relatório da PEC 15/2015, apresentado por sua relatora, Deputada Professora Dorinha Dorinha Seabra Resende, ao tempo em que evidenciamos a necessidade de maiores especificações relacionadas à metodologia de repartição dos recursos e ao processo de transição do atual modelo para o novo modelo de transferência direta aos Estados, Distrito Federal e Municípios, reiterando as caracterizações que apresentamos na Carta do I Encontro; notadamente:
 - a) Impedir que as novas vinculações sejam substitutivas do montante de recursos já comprometidos com a atual cesta de impostos;
 - b) Destinar, pelo menos, 75% dos recursos para gastos com a remuneração dos profissionais da educação;
 - c) Relativizar o impacto dos gastos com pessoal da educação para efeitos da lei de responsabilidade fiscal;



- d) Assegurar o incremento real do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério e regular a instituição do Piso Salarial Profissional Nacional dos demais Profissionais da Educação;
 - e) Constitucionalizar o Custo Aluno Qualidade como referência do financiamento;
 - f) Considerar indicadores sociais e econômicos para efeitos redistribuição equitativa evitando a referência a prêmios ou sanções por desempenho educacional em realidades de enormes desigualdades;
 - g) Preservar os recursos do Salário Educação para financiamento de programas suplementares de apoio ao desenvolvimento educacional;
 - h) Revogar a EC 95;
2. Chamamos a indispensável e cautelosa atenção para os diálogos legislativos que relacionam a PEC 15/2015 e a PEC 45/2019 (Reforma Tributária) e com a regulamentação do Sistema Nacional de Educação, em Lei Complementar derivada do artigo 23 CF, explicitando a União, os Estados e Municípios como únicos entes públicos constitutivos das relações de cooperação interfederativa;
 3. Defendemos intransigentemente, a vinculação constitucional dos recursos públicos à educação, impedindo qualquer retração frente aos atuais patamares e incorporando novas vinculações com vistas ao cumprimento dos princípios e objetivos da educação nacional e dos Planos Nacional, Estaduais e Municipais da Educação;
 4. Chamamos a atenção, também, para a necessidade, já prevista em lei, do monitoramento dos Planos Estaduais de Educação e reivindicamos a urgência na implantação das referidas comissões de acompanhamento das metas respectivas;
 5. Igualmente, chamamos a atenção, ainda, para a compatibilização dos orçamentos estaduais com o alcance das metas apontadas nos Planos Decenais;
 6. Difundiremos e incentivaremos a aprovação de Moções de Apoio ao novo FUNDEB entre nossos pares nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais;
 7. Atuaremos para expandir os compromissos resultantes do I e II Encontros Nacionais de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões de Educação junto aos pares das Assembleias Legislativas;
 8. Reafirmamos, frente à tramitação da Reforma da Previdência, através da PEC 06/2019, a necessidade de alterar seu conteúdo para manter as atuais regras de aposentadoria especial para os Profissionais do Magistério da Educação Básica, permanente expostos à exaustão física e emocional em consequência das condições de trabalho, com forte impacto sobre a integridade dos profissionais da educação e o processo ensino-aprendizagem junto aos estudantes;



9. Externamos nossa total discordância com a exclusão de participação da sociedade civil no CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, fórum preferencial e exclusivo para a garantia de direitos, inclusive o direito à educação pública universal, democrática, plural, laica e gratuita;
10. Destacamos a importância de ampliarmos e aprofundarmos o debate sobre a militarização das escolas públicas de educação básica, anunciada pelo governo federal e implementada em alguns estados sob o conceito de escolas cívico-militares;
11. Proporemos e apoiaremos ações nos espaços parlamentares e nas escolas com debates sobre direitos, saúde e papel dos profissionais da educação por ocasião do Dia dos/as Professores/as, 15 de outubro;
12. Nos associamos para a participação e a difusão do Ato Nacional do Dia do/a Professor/a, em 17 de outubro, com a presença do Nobel da Paz, Dr. Kailash Satyarthi, às 16h, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados;
13. Seguimos na defesa do acesso ao exercício profissional por concurso público, o respeito às carreiras e ao Piso Salarial Profissional;
14. Nos posicionamos contra os cortes federais no orçamento da educação básica assim como nos programas do FNDE anunciados para 2020;
15. Repudiamos a retração nos orçamentos correntes das Universidades e Institutos Federais, da CAPES, do CNPq, da Universidade Aberta do Brasil e do INEP e exigimos seu imediato descontingenciamento;
16. De igual maneira, repudiamos os cortes anunciados para o orçamento de 2020 para a educação superior, profissional e tecnológica, ao tempo em que nos comprometemos com a mobilização das bancadas de Deputados e Deputadas Federais visando reconstituir as propostas orçamentárias orientadas ao efetivo cumprimento dos respectivos planos de desenvolvimento institucional, respeitada a autonomia constitucional das instituições.

Entendemos que a mobilização social que ocorre em todo o Brasil, nos atos em defesa da educação, da ciência e da tecnologia, da soberania, da democracia, dos direitos sociais, devem merecer o nosso apoio.

Para isso, nos somamos às organizações da sociedade civil, instituições educacionais e de pesquisa, sindicais, acadêmicas e estudantis, à UNDIME, ao CONSED, e conclamamos a todos para a participação no Ato Nacional em Defesa da Educação Pública e da Soberania, que se realizarão no dia 02 de outubro, em Brasília, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados.



De igual maneira, anunciamos nossa adesão às atividades que se articulam em razão do centenário de Paulo Freire, Patrono da Educação Brasileira, ao tempo em que seguiremos avançando na formação de Frentes Parlamentares Estaduais entre as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais e na composição de Pactos pelo FUNDEB Permanente e Implementação dos Planos Estaduais e Municipais entre a bancada federal de cada Unidade da Federação, as Assembleias Legislativas e as representações da UNDIME.

Agradecemos ao esforço exitoso da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, liderado pelos Deputados Thiago Silva e Valdir Barranco, de suas equipes, assim como dos parlamentares federais e entidades nacionais e locais e cidadãos participantes, ao passo em que afirmamos nosso compromisso de continuidade desta articulação, acatando a indicação da cidade de Fortaleza, no estado do Ceará, para o III Encontro Nacional, no primeiro trimestre de 2020.

Viva a educação!

Viva o Legislativo Estadual!

Cuiabá, 14 de setembro de 2019.